

26/03/2015 - 05:00

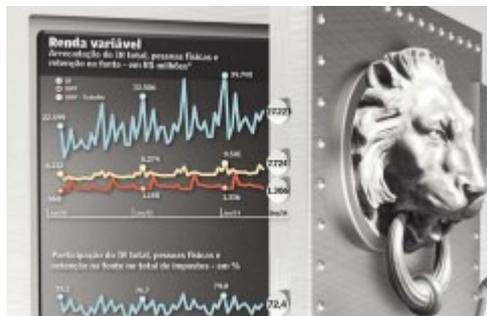
Distribuição de peso

Por **Janes Rocha**

Em meio a mais uma maratona de levantamento de documentos, preenchimento e envio da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) os brasileiros questionam, com ênfase, a alta carga tributária e o baixo retorno em quantidade e qualidade de serviços públicos que ela deveria representar. Muitos foram às ruas em junho de 2013 e agora em março, entre outros motivos, em protesto pela contrapartida, que consideram insuficiente, do Estado para o total de impostos arrecadados.

Existem razões para reclamar. Dados do Banco Mundial apontam que a carga tributária - receita tributária do governo central como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) - no Brasil é de 15,4%, enquanto a média mundial é de 14,3%. "Em realidade, esse número deve ser maior, pois a metodologia deles desconsidera receita de contribuição previdenciária, mas como o método é igual para todos os países, a comparação é válida", afirma Fabio Alvim Klein, analista de finanças públicas da Tendências Consultoria.

Neste cálculo não estão incluídas as contribuições, receitas administradas por outros órgãos, a previdência dos servidores públicos e do regime geral, que elevariam o percentual a 25% do PIB. "Isso não é tudo, pois tampouco estão inclusos impostos estaduais (como o ICMS) e municipais (como IPTU)", frisa Klein.



Quando se destrincha a carga tributária, o peso do IRPF é baixo. A maior alíquota de IRPF no Brasil é 27,5%, inferior à média global (31,37%) ou mesmo à média da América Latina (31,66%). Entre os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a taxa máxima só é superior à da Rússia (13%).

Essa é a questão. Ao completar 172 anos de existência, o Imposto de Renda - instituído no Brasil durante o reinado de D. Pedro II - chega a 2015 distorcido em seu principal papel: o de promover justiça na distribuição de renda.

Pelos cálculos do economista e especialista em finanças públicas, José Roberto Afonso, a representatividade do IRPF não chega a 1,5% da carga tributária. Acrescido do que é retido na fonte sobre o trabalho - desconto no contracheque de quem é assalariado com carteira assinada -, a proporção sobe para 7,5%.

O grande peso dos tributos no Brasil recai sobre os bens e serviços, ao contrário dos países desenvolvidos, onde a tributação sobre a renda chega a contribuir com 30% a 40% da carga tributária (mais de 50% no caso dos países nórdicos). "Mais do que outros emergentes, o Brasil usa e abusa da tributação de bens e serviços, quase metade de toda carga tributária, que já é alta em seu total", diz Afonso.

Em entrevistas que concedeu de passagem pelo Brasil em 2014, para o lançamento de seu livro "O Capital no Século XXI" (Intrínseca), o economista francês Thomas Piketty defendeu a progressividade do Imposto de Renda como um dos principais caminhos para redução das desigualdades sociais. Piketty analisou os dados do Fisco de muitos países, mas não pode avançar muito sobre o Brasil pela falta de dados da Receita Federal em relação ao perfil do contribuinte brasileiro no período que ele pesquisou.

O trabalho de Piketty, porém, ajudou um grupo de pesquisadores brasileiros ligados à Universidade de Brasília (UnB) a avançar sobre o tema. Utilizando parte da metodologia desenvolvida pelo francês e novos dados recentemente liberados pela Receita, os economistas Fábio Ávila de Castro, Marcelo Medeiros e Pedro Souza lançaram o trabalho "O topo da

distribuição de renda no Brasil: Primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012)", que entrou para a lista dos dez artigos mais baixados na rede social científica Social Science Research Network. Uma das principais conclusões do estudo é que, contrariando as estatísticas do IBGE, o fosso entre ricos e pobres não diminuiu no Brasil nos últimos anos.

O estudo coloca em discussão a progressividade - alíquotas maiores para as faixas de renda mais altas, menores para as mais baixas e reduzidas alternativas de deduções - do IRPF. Em uma tese de mestrado em economia do setor público, apresentada no ano passado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UnB, Fábio Ávila de Castro chega à mesma conclusão de Piketty: a progressividade do imposto ajuda a equalizar a distribuição de renda.

"Dentro do contexto brasileiro, em que a carga tributária continua muito concentrada nos tributos sobre o consumo, o imposto de renda da pessoa física pode desencadear um processo paulatino de alteração desse perfil indesejável que é compartilhado por muitos países da América Latina", afirma o pesquisador.

Em uma ampla análise estatística, Castro aponta que a capacidade distributiva do IRPF é "moderada" pela baixa representatividade de sua arrecadação que atingiu 2,73% do PIB e 6,71% da receita tributária total em 2012.

No mesmo período, o número de contribuintes triplicou, atingindo 32,6% da PEA ocupada formal em 2012, mostrando que a renda média do cidadão brasileiro ainda é um forte impeditivo para a tributação direta. A arrecadação do tributo aumentou 226% em termos nominais ao atingir R\$ 27,8 bilhões em dezembro de 2014, comparado a dezembro de 2006; em termos reais (descontado o IPCA) a alta foi de 47%.

Afonso e Castro chamam a atenção ainda para um dos aspectos mais distorcidos do sistema: pessoas físicas se registram como pessoas jurídicas para pagar menos impostos, reduzindo ainda mais a capacidade distributiva do IRPF.

Para José Roberto Afonso, o próximo grande desafio, não apenas do Fisco, mas de toda a sociedade brasileira está no volume enorme e crescente de renda que vem sendo gerado fora da tabela progressiva do imposto, que vai desde os rendimentos de aplicações financeiras até as retiradas de lucros, ambos tributados exclusivamente nas respectivas fontes.